

# **POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOCIALMENTE NECESSÁRIA: PODE A EDUCAÇÃO TÉCNICA A DISTÂNCIA SER HUMANIZADORA E DEMOCRÁTICA?**

**FOR A PROFESSIONAL EDUCATION SOCIALLY NECESSARY: CAN EDUCATION TECHNICAL DISTANCE BE HUMANIZING AND DEMOCRATIC?**

**POR UNA EDUCACIÓN PROFESIONAL SOCIALMENTE NECESARIA: PUEDE EDUCACIÓN TÉCNICA A DISTANCIA SER HUMANIZADORA Y DEMOCRÁTICA?**

**Sandra Terezinha Urbanetz<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Doutora em Educação, Professora do Instituto Federal do Paraná. E-mail: sandraurbanetz@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo faz parte de uma pesquisa financiada pelo CNPq com o objetivo de discutir os limites/obstáculos pedagógicos que dificultam/impedem a efetivação da EAD enquanto prática pedagógica humanizadora e democrática a partir dos princípios da pedagogia histórica crítica. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica e um mapeamento da oferta de Cursos Técnicos na modalidade a distância pelos Institutos Federais em todo o Brasil. A forma como a oferta de cursos técnicos em EAD se apresenta hoje, está muito mais próxima da perspectiva de impedimento, porém insistimos em apresentar uma perspectiva de possibilidades de superação dos limites por entendermos e acreditarmos que essa oferta pode ser um instrumento revolucionário. Se a EAD não é revolucionária de per si, assim como toda e qualquer ação educativa ela pode vir a ser. Para tanto, apresentamos os limites desse cenário e a partir da perspectiva do politécnico as possibilidades para uma formação profissional socialmente necessária.

**Palavras chave:** Educação Profissional. Educação a Distância. Formação Humana. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to discuss the educational limits / obstacles that hinder / prevent the execution of Distance Learning as being a pedagogical practice that is humane and democratic from the historical critical pedagogy principles. Therefore we carried out a literature research and mapping on Distance Learning Technical Courses offered by the Federal Institutes in Brazil. The way on how Distance Learning Technical Courses is offered today, it is much closer to the perspective of deterrent, but we insist on presenting it on a perspective of overcoming the limits of possibilities because we believe that this offer can be a revolutionary instrument. If the Distance Learning is not revolutionary in itself, as well as any and all educational activity, it can become one. So we present the limits

of this scenario, and from the perspective of polytechnicism, the possibilities for a socially necessary professional education.

**Key-words:** Professional Education. Distance Learning. Humane Education. Public Policies.

#### **RESUMEN**

El objetivo de este texto es discutir los límites/obstáculos pedagógicos que dificultan/impiden la realización de la EAD como práctica pedagógica humanizadora y democrática desde de los principios de la pedagogía histórica crítica. Para esto fue realizado una investigación bibliográfica y un mapeo de la oferta de Cursos Técnicos em la modalidad de educación a distancia de los Institutos Federales em todo Brasil. La forma como hoy existe la oferta de cursos técnicos em EAD está mas próxima de la perspectiva de impedimento, sin embargo insistimos em presentar una perspectiva de posibilidades de superación de los límites por creer que esa oferta puede ser un instrumento revolucionário. Si la EAD no es revolucionaria por si misma, así como toda y cualquier acción educativa ella puede venir ha serlo. Así presentamos los límites de esse escenario y desde la perspectiva del politecnismo las posibilidades para una formación profesional socialmente necesaria.

**Palabras-clave:** Educación Profesional. Educación a Distancia. Formacion Humana. Políticas Públicas.

#### **AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EAD**

A Educação Profissional é objeto de estudo e pesquisa no âmbito de suas determinações políticas e sociais e também de seus processos educativos – entendidos enquanto processos de ensino aprendizagem – e da formação de seus professores e demais sujeitos envolvidos no processo. Assim sendo, esse artigo resulta do projeto que investigou os processos pedagógicos envolvidos nos cursos de educação profissional oferecidos na modalidade EaD pela rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, a partir do fundamento ontológico do trabalho.

A busca por qualificação permanente em todas as esferas do mundo do trabalho é uma realidade cada vez mais consistente e a oferta de Cursos Técnicos na modalidade Educação a Distância - EaD tem sido vista como uma possibilidade de oferta, dadas as possibilidades decorrentes da telemática sendo inclusive assumida como uma proposta, ou arriscaríamos dizer, como uma política governamental haja vista a consolidação do Programa e-Tec Brasil, abrigado no Programa PRONATEC especialmente no que diz respeito às propostas de expansão

da oferta de educação profissional, o que indica um objeto de estudo novo.

A avaliação de proposição e implementação de políticas educacionais em nível federal expressas em cursos de educação profissional na modalidade de educação a distância, dada a importância que tem a educação profissional na atualidade, bem como a discussão sobre a modalidade EaD, implica uma investigação dessas proposições de maneira cuidadosa. Para tanto, cabe a consideração do trabalho enquanto categoria fundante e norteadora da investigação proposta, visto que falar de educação profissional significa compreender o trabalho em sua dupla dimensão, ou seja, enquanto ontologia e enquanto expressão histórica do modo de vida da sociedade atual.

É fato que a educação a distância vem se expandindo consideravelmente no mundo e no Brasil, levando as pessoas e instituições a utilizarem-na como mais uma forma de buscar e promover conhecimentos bem como enquanto estratégia de governo que por um lado busca levar oferta de possibilidade de estudos as regiões mais longínquas mas por outro faz a opção por essa modalidade em detrimento a oferta de formação educacional de boa qualidade presencial.

Segundo o MEC a oferta de cursos superiores em EAD no Brasil cresceu 571% entre 2003 e 2006 com o avanço de 356% no número de alunos no mesmo período. E ainda segundo o INEP entre 2011 e 2012, as matrículas avançaram 12,2% nos cursos a distância e 3,1% nos presenciais. Com esse crescimento, a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação. Esse é um dado a ser comemorado porém uma observação muito grave é o fato de que 73% desses estudantes estão em escolas e instituições privadas.

Inicialmente a expansão da modalidade a distância deu-se somente na iniciativa privada com oferta de cursos superiores, porém hoje a EaD passou a ser assumida como política educacional sob vários aspectos, especialmente no que diz respeito às propostas de expansão da oferta de educação profissional, o que indica um objeto de estudo novo.

Ao pressupor a dimensão do trabalho, a perspectiva desenvolvida na pesquisa compreende que a partir dessa categoria é possível a compreensão das Políticas Públicas em suas diversas possibilidades de manifestação, bem como o entendimento da Educação Profissional, não só como uma política, mas também enquanto um objeto de estudo específico

posto que se apresente nessa modalidade de ensino diferentes aspectos.

Ainda que os espaços educativos estejam espalhados pela sociedade, a escola permanece com um papel fundamental de formação profissional e mais ainda, de formação humana. E é essa a perspectiva que acreditamos ser fundamental: a formação humana. Daí reside a preocupação com a oferta de cursos profissionalizantes EAD, posto que toda ação educativa pode conter propostas de alienação ou de consciência.

Na atualidade a educação profissional, enquanto desafio constante e necessidade social, ao ser oferecida na modalidade de educação a distância, na rede federal de ensino, para além de demonstrar uma realidade de certa forma inovadora e também controversa indica a necessidade de investigação profunda e atualizada.

A investigação realizada indica que as políticas e a gestão públicas enquanto mediações sociais de ordem econômica e social têm tornado a implantação de cursos técnicos na modalidade de educação a distância um interesse da política pública. O que seria extremamente positivo dado o contingente de estudantes que buscam esses cursos, frente a expansão da iniciativa privada também nesse nível e modalidade de ensino. No entanto, isso exige os cuidados já apontados por diversos estudiosos, tanto defensores dessa modalidade quanto críticos, que apontam para os perigos, cuidados, deficiências e possibilidades da mesma.

Ao avaliar as proposições de políticas educacionais em nível federal expressas em cursos técnicos de educação profissional na modalidade de educação a distância compreendemos que a perspectiva de formação humana que orienta os projetos dos cursos técnicos na modalidade de educação à distância da rede federal ainda rege-se, em sua maioria, pela oferta de cursos baseados na lógica da simples instrumentalização, disponibilizando informações não alcançando com isso a possibilidade de contextualização. Uma vez que nos orientamos pelo referencial teórico da formação humana sob o princípio educativo do trabalho, optamos por problematizar nossos achados do ponto de vista deste princípio, questionando em que medida a educação a distância pode ser reconstruída com base neste princípio em direção a “uma

educação profissional socialmente necessária”<sup>1</sup>

Esse texto tem como objetivo discutir os limites/obstáculos pedagógicos que dificultam/impedem a efetivação da EAD enquanto prática pedagógica humanizadora e democrática a partir dos princípios da pedagogia histórica crítica, posto que essa concepção ao garantir a formação de melhor qualidade a todos apresenta-se comprometida com a emancipação da classe trabalhadora.

Por que limites/obstáculos, dificultam/impedem? Cabe destacar que, no âmbito da sociedade capitalista podemos inferir que limites podem dificultar e obstáculos podem impedir, ou seja, na oferta dos cursos técnicos na modalidade EAD podemos inferir ou uma perspectiva que apresenta limites e que portanto podem ser superados ou uma perspectiva que impõe obstáculos impedindo uma ação educativa democrática.

Partimos do pressuposto de que da forma como a oferta de cursos técnicos em EAD se apresenta hoje, estamos muito mais próximos da perspectiva de impedimento porém insistimos em apresentar uma perspectiva de possibilidades de superação dos limites por entendermos e acreditarmos que a oferta de cursos na modalidade EAD pode sim ser um instrumento revolucionário, pois se a EAD não é revolucionária de per si, assim como toda e qualquer ação educativa ela pode vir a ser.

Para tanto apresentamos o que julgamos ser os limites e possibilidades desse cenário e a partir dos pressupostos do materialismo histórico dialético defendemos a oferta de cursos técnicos dentro da perspectiva do politecnismo para uma formação profissional socialmente necessária.

## 2 OS PRINCÍPIOS DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA E DEMOCRÁTICA

Como premissa básica de qualquer processo educativo compreende-se que a educação do homem, enquanto ação humana, ou trabalho, enquanto categoria ontológica é um processo

---

<sup>1</sup> Aqui nos apropriamos, nas estritas delimitações do nosso objeto, do conceito de “trabalho socialmente necessário”, de Víctor Shulguin (2013), que se refere ao tipo de trabalho que deveria orientar a organização e a prática escolar. Numa extrapolação livre deste conceito para o âmbito de nosso estudo, designamos como “educação profissional socialmente necessária”, aquela que superaria sua marca histórica de preparação para o trabalho-mercadoria, em direção à finalidade de preparar sujeitos para o trabalho produtor de valor de uso (trabalho socialmente necessário).

que o leva a se constituir como ser humano, posto que, para isso, as novas gerações devem se apropriar das condições criadas pelas gerações anteriores e, assim, desenvolver as suas próprias condições, superando as anteriores, não por exclusão, mas especialmente incorporando-as.

Humanizar, portanto, significa proporcionar as condições adequadas (e não apenas mínimas) de que os indivíduos possam participar efetivamente da vida social, compartilhando e se apropriando dos bens produzidos socialmente, tanto bens materiais básicos (alimentos, saúde, moradia, vestimentas etc), quanto de bens simbólicos, como o lazer, a cultura, a arte, saberes etc.

Todos esses bens constituindo-se enquanto direitos dos indivíduos e que segundo Saviani (2013), precisam da educação para se tornar efetivos.

Nas palavras do autor:

a educação, para além de se constituir em determinado tipo de direito, o direito social, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza. Isso porque a sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade de tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo. Isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa nessa sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos. Eis porque esse mesmo tipo de sociedade erigiu a escola em forma principal e dominante de educação e advogou a universalização da escola elementar como forma de converter todos os indivíduos em cidadãos, isto é, em sujeitos de direitos e deveres. (SAVIANI, 2013, p.745)

O elemento básico da educação em geral é o trabalho, princípio humano produtor das condições materiais de existência, que se constitui na relação entre homens em sociedade e a natureza. Como foi citado por Marx e Engels o homem se diferencia dos animais por produzir sua existência, o que significa que, na verdade, o trabalho é o elemento verdadeiramente diferenciador dos homens. O trabalho e a produção da vida vinculada a ele, não se realiza fora da sociedade, afinal o ser humano é necessariamente um ser social, e fora da sociedade o homem não se constitui como humano.

Logo, para tratar a concepção de educação como humanizadora necessita-se retomar a relação da educação com o trabalho, assim como uma concepção de ser humano como aquele que é produzido social e historicamente, e não um ser dotado pela natureza apenas. Sobre essa base se assenta a perspectiva materialista:

Os pressupostos dos quais partimos não são arbitrários nem dogmas. São bases reais das quais não é possível abstração a não ser na imaginação. Esses pressupostos são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação. Esses pressupostos são, pois, verificáveis empiricamente (MARX; ENGELS, 2005, p. 51)

Dessa forma cabe conceituar o que seria uma educação humanizadora e democrática a fim de esclarecermos a razão de ser de nossa luta.

Partindo do pressuposto colocado por Shulgin (2013) de que a mediação fundamental na construção do vínculo entre escola e trabalho é o trabalho socialmente necessário (conceito esse originário de Marx) e também baseados na defesa de que a “premissa de básica é da necessária relação entre projeto educativo e projeto histórico” (Caldart, 2014), definimos educação humanizadora e democrática como a educação que assume que seu projeto educativo precisa ser o projeto daqueles que possuem em nossa sociedade somente a sua força de trabalho e que por essa razão precisam apropriar-se dos conhecimentos sociais, científicos e tecnológicos e etc, que articulados a compreensão de que a história é uma construção humana e como tal pode e deve ser modificada.

Aqui o conceito de trabalho socialmente necessário aparece como mediação posto que cabe questionar que tipo de trabalho precisamos hoje em nossa sociedade quando cada vez mais os profissionais são formados a partir de processos superficiais, de mera disponibilização de informações.

Assim, cabe uma análise das transformações dos processos de formação humana decorrente das mudanças do mundo do trabalho e das relações estabelecidas nos espaços educativos escolares a fim de garantir uma compreensão das determinações

mais amplas que regem a organização social.

### 3 PANORAMA DOS CURSOS OFERTADOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Caracterizar os cursos técnicos ofertados em EAD na Rede e-Tec Brasil, presentes nos Institutos Federais faz-se necessário em face do crescimento dessa oferta enquanto política pública adotada. Com o crescimento da EaD no Brasil, muitos estudos focalizam esses cursos, no que se refere a sua oferta para o ensino superior. Todavia, em face do crescimento da oferta de cursos de formação profissional na modalidade a distância, faz-se necessário caracterizar os cursos técnicos ofertados na modalidade EaD, pelos Institutos Federais, presentes na Rede e-Tec Brasil posto que a Educação Profissional tem sido alvo de políticas governamentais específicas indicando a necessidade de uma investigação que aponte os cursos técnicos na modalidade EaD.

No site do MEC, constam então 314 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ainda segundo o site: “O MEC está investindo mais de R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas.” ([http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=2](http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2), vários acessos).

Os estudos sobre EAD tem priorizado a discussão sobre o ensino superior, até por que, é nesse nível de ensino que se deu a maior expansão dessa modalidade. Segundo Alonso (2010, p. 1320) “No mote da expansão da EaD, dois temas são recorrentes: a democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos profissionais da educação, como fator para melhoria da qualidade do ensino

fundamental e médio.”

A autora afirma ainda que sob a perspectiva da formação docente e demais profissionais tanto a formação inicial em nível superior quanto a necessidade da formação continuada são dimensões consensuais e a EaD enquanto possibilidade, dada às características de sua organização, consolida-se enquanto proposta, e talvez, por que não dizer, como política governamental, ainda que com os vários problemas apresentados pela autora.

Outro aspecto destacado pela autora diz respeito à questão da qualidade da oferta de EAD em nosso país que tem se pautado pela normatização dos documentos indicadores dos padrões necessários para que uma instituição ofereça EaD, sem no entanto superar a lógica do “atende/não atende”. A autora afirma ser necessário pensar para a EaD uma “arquitetura” própria posto que

Não basta ter professores e alunos no exercício da mediação. Se a tentativa desse exercício se der numa relação de 100 alunos para 1 professor, por exemplo, por mais eficientes que as TIC dispostas no sistema possam ser – e não o são –, será impossível sustentar processos de formação responsáveis, considerando somente as demandas dos alunos. Mesmo com a miríade de oferta dos denominados ambientes virtuais de aprendizagem, que facilitarão a organização das informações dispostas aos alunos, absolutamente estaria descartado o trabalho especializado e de recursos humanos formados especialmente para esse tipo de atendimento a qualidade na formação. (ALONSO, 2010, p. 1327)

Ainda segundo estudos sobre EaD, a grande expansão verificada em nosso país nos últimos 15 anos, aponta o caráter privatista não somente da EaD, mas também nos cursos presenciais. Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de EaD/2008 (ABRAEAD) 62,9% dos cursos oferecidos em EaD, o são pela iniciativa privada.

Segundo Saviani (2010) em 2007, apenas 25,42% dos alunos matriculados está em instituições públicas, o que indica que tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância prevalece a lógica privatista. Isso pode indicar a necessidade de estudos aprofundados posto que segundo Dias Sobrinho, (1999), as avaliações tem indicado graves problemas no ensino brasileiro.

Os cursos técnicos dentro da Rede e-Tec Brasil, podem ser ofertados pelo próprio

Instituto Federal, ou em parceria com outro Instituto via convênio. Até 2013 o Instituto que teve a maior oferta de parceria é o Instituto Federal do Paraná, que, por adotar o modelo denominado presencial virtual, transmitia via satélite as aulas ao vivo. Na atualidade o IFPR tem ofertado um número muito menor de cursos e tem utilizado também o recurso de transmissão de aulas gravadas.

Considerando que a Rede Federal, no momento do levantamento (2013) contava com 38 Institutos Federais, termos 32 ofertando cursos técnicos na modalidade EaD, é um indicativo muito significativo no sentido de entendermos essa oferta como um programa de governo que toma ares de política pública assumida.

Ainda segundo o MEC, em 2002 o Brasil tinha 140 campus dos que viriam a se tornar os Institutos Federais atendendo a 120 municípios.

Até 2010 esse número passou para 354 campus, tendo 321 municípios atendidos e a previsão é que até 2014 esse número seja de 562 campus com atendimento a 512 municípios. ([http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf))

A partir dessa da expansão apresentada considera-se que a EaD deixou de ser somente uma possibilidade para efetivar-se como um política governamental a fim de atender às necessidades de formação da população brasileira ainda que sua oferta sazonal aponte para a compreensão de política baseada em programas sem garantia efetiva de continuidade.

A pesquisa realizada com base nas informações constantes nos sites das Instituições e em entrevistas realizadas por telefone levantou as seguintes itens:

- Cursos ofertados.
- Localização dos campus/pólos.
- Funcionamento do curso:
  - Metodologia das aulas
  - Quantidade e frequência de encontros presenciais
  - Materiais e recursos utilizados
  - Sistemática de acompanhamento/tutoria

### - Avaliação

Os Institutos Federais e seus respectivos cursos técnicos na modalidade EaD estão distribuídos pelo Brasil nas cidades onde, ou o Instituto Federal tem um campus ou a cidade tem um pólo que oferta um ou mais cursos. Cabe ressaltar que nem todos os sites dos Institutos oferecem a informação completa dificultando a compreensão dessa oferta. Outro fator de dificuldade é que a oferta desses cursos não tem sido regular fazendo com que o mapeamento corra o risco de tornar obsoleto num curto espaço de tempo.

Esse fato aponta para uma problemática também comum ao nosso sistema educacional, qual seja, a falta de continuidade de oferta demonstrando que se por um lado pode haver uma positividade na flexibilidade de oferta de cursos baseada na demanda identificada através de necessidades sociais locais, por outro aponta para uma série de problemas que dizem respeito à falta de estruturação das condições concretas para a oferta de cursos que garantam uma formação sólida, como por exemplo, a construção de laboratórios específicos, a contratação de professores e técnicos concursados, etc.

O quadro 1 apresentado em anexo apresenta os cursos ofertados pelos Institutos Federais nos diferentes Eixos Tecnológicos. Resumidamente temos a seguinte configuração por Eixos Tecnológicos:

<b>Eixos Tecnológicos</b>	<b>Cursos</b>	<b>Institutos</b>
Ambiente e Saúde	7	17
Controle e Processos Industriais	6	5
Desenvolvimento Educacional e Social	4	10
Gestão e Negócios	7	20
Informação e Comunicação	6	17
Infraestrutura	1	4
Produção Alimentícia	2	3
Produção Cultural e Design	1	1
Produção Industrial	3	3
Recursos Naturais	7	7
Segurança	1	10
Turismo, Hospitalidade e Lazer	4	10

Fonte: a autora, com base nas informações disponíveis nos sites dos Institutos.

A partir desse quadro pode-se visualizar como a oferta de cursos técnicos, tanto subsequentes quanto concomitantes ou ainda, de maneira mais tímida, integrados, tornou-se

uma política governamental com ares de programa para expansão da oferta de educação profissional.

Os cursos técnicos ofertados na modalidade EaD nos Institutos Federais basicamente podem ser assim caracterizados:

-Um grupo de alunos se encontra para assistir aulas transmitidas ao vivo via satélite, uma ou duas vezes por semana (no caso PROEJA), que o IFPR denominou de presencial virtual.

-Um grupo que se encontra semanalmente e assiste aulas gravadas.

-Um grupo de alunos tem aulas presenciais com os professores especialistas em datas previamente marcadas, por exemplo em uma semana a cada um ou dois meses, ou ainda, nos finais de semana a cada quinze dias ou mensalmente.

Alguns cursos, dada a sua especificidade contam com laboratórios específicos para o desenvolvimento de suas atividades e poucos são os que exigem estágio obrigatório. Isso não significa que os grupos não “mesblem” as formas de trabalho, ora apresentadas. Em comum todos eles utilizam ambientes virtuais, utilizam material de referência, fazem as provas presencialmente e dispõem de acompanhamento tutorial.

O ambiente virtual mais utilizado é o moodle. Nesse ambiente estão presentes as ferramentas de comunicação e interação inerentes a cada curso. Os materiais de referência utilizados nos cursos podem ser impressos ou não, mas são sempre disponibilizados nos ambientes virtuais de aprendizagem. Os AVAS contam com obras produzidas especificamente para os cursos, obras únicas, que são utilizadas no Brasil inteiro. Os materiais também podem ter como origem textos e publicações disponíveis na Internet, bem como multimídias disponíveis na rede.

Quanto a avaliação, todos os projetos de cursos prevêm provas ou produção individual presencialmente, conforme legislação. Porém outras atividades avaliativas também são desenvolvidas, como trabalhos em grupo, atividades de pesquisa, visitas técnicas, práticas em laboratório, questões objetivas respondidas diretamente nos ambientes virtuais e atividades desenvolvidas junto aos tutores.

Em relação à tutoria, todos apresentam essa oferta tanto presencialmente (em polos

locais) quanto a distância, que em algumas instituições denomina-se tutor on line. A estrutura de tutoria atende a organização do curso, oferecendo tutores presenciais somente, presenciais e on line, ou somente online.

As funções e tarefas da tutoria também atendem às especificidades de cada curso. Alguns tutores fazem atendimento ao estudante somente no momento presencial, outros em horários previamente agendados, outros ainda com prazo, normalmente de vinte e quatro horas para retorno. Alguns tutores também ministram aulas, realizam atividades além de serem responsáveis pela aplicação de provas e condução de outras atividades avaliativas, como por exemplo a resolução de questões objetivas nos AVAS, ou a realização de trabalhos.

Esses elementos acabam definindo a forma como cada curso é apresentado e realizado pelo estudante e uma das problemáticas apontada por Alonso (2010) diz respeito ao cuidado para não achar que a construção do conhecimento estaria viabilizada pelo simples fato de se colocar a disposição do estudante os meios tecnológicos e as ferramentas de comunicação.

Dos estudos sobre aprendizagem, desde Vigostky (1987), entre outros, considera-se que o processo de aprendizagem acontece na interação, na troca, na ação onde explicitam-se as concepções que orientam os processos educativos lembrando que:

Em nossa síntese de compreensão, educar é por em ação organizada, numa determinada direção e considerando o período histórico, as matrizes formadoras que desdobram no plano concreto o trabalho como constituidor do ser humano, confrontando as contradições que as constituem na realidade concreta. Essa intencionalidade deve chegar à escola, ainda que não diga respeito somente a ela. Aliás, consideramos que essa é uma contribuição da Pedagogia do Movimento à teoria pedagógica: pensar a educação como movimento das matrizes formadoras do ser humano e levar isso como princípio organizador do trabalho educativo da escola, na relação com os objetivos da educação, com a especificidade da tarefa da escola e com os desafios formativos que a leitura das contradições principais da realidade atual coloca para o nosso tempo (CALDART, 2012).

Os cursos técnicos ofertados na modalidade EaD, nos Institutos Federais apresentam como forma uma metodologia que busca a construção do conhecimento pelo aluno enquanto princípio, com alto grau de exigência de uma forma de estudo autogerenciada, tendo na

flexibilidade de organização do tempo de estudo um dos seus indicadores.

A interação aparece como elemento fundamental dentro desses cursos, a partir da compreensão de que essa construção de conhecimento só acontece de forma compartilhada. E dentro dessa perspectiva um aspecto relevante diz respeito ao acompanhamento permanente do estudante evitando a sensação de isolamento que aparecem como uma das causas de evasão nos cursos EaD. As ações desenvolvidas nesses cursos abrangem os momentos presenciais e o estudo a distância e em ambos os momentos aparece como fundamental a mediação realizada pelo tutor.

Um destaque importante para os cursos técnicos na modalidade EaD é a oportunidade de domínio das ferramentas de informação e comunicação utilizadas nos diferentes ambientes virtuais, posto que, enquanto ferramentas e meios, os recursos tecnológicos estão sendo muito mais utilizados na EaD do que nos cursos presenciais. Isso sem falar na utilização de laboratórios virtuais e/ou laboratórios móveis, que ainda são predominantemente usados na EaD. Esse destaque aponta para um diferencial interessante juntamente com o processo de acompanhamento que, quando realizado de forma sistemática, proporciona ao estudante mais chances para a construção do seu aprendizado.

#### **4 Os limites e as perspectivas pedagógicas da educação a distância nos cursos técnicos**

Historicamente em nosso país as políticas educacionais estão sempre efetivadas a partir de programas descontínuos e a interesses de classe, como indica Melo (2009) ao identificar as propostas de políticas educativas com as proposições da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos documentos dos anos 1990. Essa constatação nos mostra o quanto ingenuamente muitos Institutos Federais desenvolvem e oferecem cursos técnicos a partir da defesa, legítima é claro, do direito ao acesso a educação. Direito esse que, segundo Saviani (2013) continua sendo protelado através de propostas, projetos e proposições que parecem eternizar o descaso do Estado com a educação. Segundo ele:

No contexto atual a essa tendência protelatória é adicionado outro ingrediente, representado pela demissão do Estado que alimenta o recurso à filantropia e ao voluntariado, transferindo para a sociedade civil, em suas diferentes instâncias, a responsabilidade pela educação. Nos últimos vinte anos tal tendência vem se manifestando no fortalecimento da iniciativa privada e envolvendo uma franca privatização do ensino superior, dominado por grandes conglomerados com participação internacional por meio de ações na Bolsa de Valores; passa pelas parcerias público privadas, as famosas PPPs; pela conversão de dirigentes e ex-dirigentes da educação pública em consultores de grupos privados; pela adoção por governos municipais e estaduais de material didático produzido por grupos privados como COC, Anglo, Positivo, Objetivo, entre outros; e chega à responsabilização de toda a sociedade pela educação básica. (SAVIANI, 2013, p.754)

A realidade tem mostrado que mesmo precários, esses e outros cursos, têm atingido uma parcela da população historicamente alijados da escola e claro que isso tem feito diferença em suas vidas, porém há que se apontar para os limites desse tipo de oferta visto que, é possível pensar uma oferta de educação a distância que supere a mera instrumentalização ou como diz Saviani no texto já referenciado

... ( ) conhecimento implica a capacidade de compreender as conexões entre os fenômenos, captar o significado das coisas, do mundo em que vivemos. E hoje parece que quanto mais informações circulam de forma fragmentada pelos mais diferentes veículos de comunicação, mais difícil se torna o acesso ao conhecimento que nos permitiria compreender o significado da situação em que vivemos. Nesse contexto, a escola se torna ainda mais fundamental, porque a ela cabe justamente fornecer os elementos que permitam àquele que tem acesso à informação discriminar as informações falsas das verdadeiras, o que é consistente do inconsistente, o relevante do irrelevante. (SAVIANI, 2013, p.745)

A partir dessa constatação fica claro que o que se defende é a proposta de uma educação profissional que busque superar a dualidade da formação oferecida para o trabalho manual e a formação oferecida para o trabalho intelectual. Mesmo conscientes de “que a dualidade educacional é uma manifestação específica da dualidade social inerente ao modo de produção capitalista” (RAMOS, 2008, p.) entende-se que nessa mesma sociedade aparecem espaços de contradição que precisam ser ocupados e utilizados de forma a apontar outra possibilidade social. Ainda que claramente estejamos “nadando contra a corrente” é preciso

pontuar que ao menos cabe à educação o papel de questionar o *modus vivendi* a fim de evidenciar as verdadeiras relações estabelecidas nesse modo de produzir a vida. Essa concepção de educação em geral e de educação profissional, tanto presencial quanto a distância aproxima-se da concepção de escola unitária, que segundo Ramos pode ser assim explicitada:

A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso a cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo. Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. (RAMOS, 2008, p.)

Ao analisarmos os procedimentos educacionais presentes nos cursos técnicos na modalidade EaD observa-se que as propostas variam desde a chamada “instrução programada”, fortemente comportamentalista até a busca por uma aprendizagem significativa.

Isso pode ser percebido conforme vários estudos (ALONSO, 2010, CORTELAZZO, 2009, CATAPAN, 2001 entre outros) quando as propostas preocupam-se cada vez mais com o controle, sistematização e organização do aprendizado estar mais ligado ao aluno, demandando por isso mesmo um número maior de recursos técnicos e meios tecnológicos que garantam os processos comunicacionais entre estudantes, tutores, professores, etc. Aproveitando o alerta que nos faz Lobo Neto (2009) em relação a técnica e a tecnologia muito presente nos discursos sobre a ofertas de cursos na modalidade a distância

Frequentemente – mesmo quando nos debruçamos sobre realidades concretas e que precisam ser descobertas na plenitude de sua materialidade –, deixamos de prestar atenção às percepções que os agentes têm de suas ações, que os artífices têm de seus artefatos e dos instrumentos que lhes permitiram realizar suas ações e produzir suas obras. Esse é o caso quando se trata da técnica e da tecnologia em sua relação com a ciência. Esse, sobretudo, é o caso da imagem do mundo que – ideologizada como fato indiscutível e incontornável – se reveste com as múltiplas faces do que se convencionou chamar ‘desenvolvimento científico e tecnológico’. Entre nós, o progresso científico e

tecnológico marca sua presença, mesmo na ausência explícita e literal dessas palavras. (LOBO NETO, 2009, p. 86-87)

Como todo processo, a oferta de cursos técnicos na modalidade EaD, pelos Institutos Federais apresenta desafios que precisam ser vencidos a fim de que se tornem verdadeiras oportunidades de aprendizado. O primeiro deles diz respeito ao princípio de respeito aos ritmos e condições do estudante para aprender o que se exigirá dele. Esse é um desafio pois a forma como os cursos se organizam prevê um cronograma e um tempo de execução do curso, que precisa ser cumprido muitas vezes extremamente curto. Não há garantias de que o tempo do curso é o mesmo tempo do aluno.

Em relação às condições de acesso à internet, cabe lembrar que, tendo os cursos um uso intenso das ferramentas disponíveis na internet, faz-se necessário um investimento governamental ainda muito grande que garanta aos estudantes brasileiros um acesso de qualidade à rede.

Outro desafio diz respeito ao princípio de planejamento e didática proposto nos cursos, principalmente naqueles em que o modelo de transmissão de aulas, tanto ao vivo, quanto gravadas, é predominante. Isso porque cabe uma investigação maior sobre a formação e atuação dos professores que ministram essas aulas. Superficialmente a impressão que se tem é que essas transmissões oscilam entre o excesso de informações e o excesso de brincadeiras, em ambos os casos, tornando o processo desconectado da realidade, meramente informativo não alcançando minimamente o nível de reflexão e análise necessárias a um processo de conhecimento sólido e consistente.

O quarto desafio diz respeito a produção dos materiais para os cursos que exigem aprofundamento e atualização permanente e que reforçam a visão de que prevalece a pedagogia da informação apenas, ainda que muitos materiais tenham um processo de produção cuidadoso no sentido dos preceitos dialógicos onde o estudante consiga estudar com autonomia.

Maiores, porém são os desafios que dizem respeito ao trabalho direto de professores e tutores. Nas Instituições os cursos tendem a aparecer como “projetos isolados” não tendo corpo docente permanente e exigindo formas de financiamento eventuais, que não colaboram para a institucionalização dos cursos. Colabora-se assim com a cultura da ação na EAD como

“um bico” ou uma mera oportunidade de aumento de renda através das bolsas pagas pelos programas que financiam os cursos.

Em relação aos tutores, a situação é ainda mais grave visto que, são sempre bolsistas, com uma remuneração baixa, de quem se exige uma ação altamente complexa e com responsabilidade de acompanhamento do processo pedagógico dos estudantes. Esses aspectos dizem respeito ao resgate de uma oferta na modalidade a distância de cursos técnicos dentro de uma perspectiva de educação profissional conforme Lobo Neto que exige

O resgate da educação profissional como formação humana é um dos aspectos que se impõe na continuidade da discussão como perspectiva de movimento de transformação da formação de profissionais. Nem se trata de otimismo voluntarista ver possibilidade concreta de mudança no quadro do modo de produção vigente. A verdade é que, apesar de tudo, flagram-se objetivos oriundos das conquistas dos trabalhadores e de sua luta por educação e capacitação. São, mesmo nesses discursos, menções e, quando muito, intenções apenas ou, até, disfarces. Mas instalam contradições, abrem fendas, oferecem flancos.(LOBO NETO, 2009, p.98)

Ou seja, uma educação profissional que responda “qual a formação necessária aos trabalhadores para que assumam o comando e a realização da produção social, em um novo formato de relações sociais e de desenvolvimento humano” (Caldart, 2014)

Por fim cabe destacar que essa investigação mapeou os cursos técnicos ofertados na modalidade EAD, dentro da Rede e-Tec Brasil, presentes nos Institutos Federais. Sendo esse objetivo atingido, cabe aprofundar os estudos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses cursos a fim de contribuirmos para que a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas seja atingido pela formação profissional via educação a distância.

## QUANDO E COMO A EAD PODERÁ SER HUMANIZADORA E DEMOCRÁTICA

O princípio básico da democracia é expresso quando o que é democrático é aquilo que é igual para todos, assim uma educação a distância democrática e humanizadora será aquela que seja ofertada dentro dos parâmetros de uma educação sólida, que ofereça a ação e compreensão dos e pelos sujeitos do processo de produção da vida em sociedade através do entendimento dos aspectos destacados por Ramos (2008) que diz respeito às dimensões:

físico-ambiental, econômico-produtivo, técnico-organizacional, sócio-histórico-cultural intimamente interligados.

Para tanto torna-se necessário que os cursos de formação profissional abranjam esses aspectos considerando os nexos explicativos de cada área do conhecimento articulados a prática social. Não é mais possível que se aceite a continuidade das condições inadequadas na oferta de cursos a distância. Condições essas já denunciadas em 2008 pelo prof Silva, quando avaliador de cursos nessa modalidade. Em suas palavras:

Durante o tempo em que atuei como avaliador, entre 2004 e 2006, vi muita precariedade nas instituições que avalei. Cito as quatro precariedades mais recorrentes. Uma é a ausência de formação de professores para as especificidades da modalidade a distância, de modo a evitar transposições mecânicas do presencial petrificado na pedagogia da transmissão e na avaliação da aprendizagem baseada em exames pontuais e em quantificação. Uma segunda precariedade é o modelo baseado no impresso e na tv, ou seja, distribuição em massa de pacotes de informação com pouquíssimo investimento em ambientes virtuais de aprendizagem. A terceira precariedade são os pólos excluídos digitais, pobres em infra-estrutura tecnológica. E a quarta é a figura do tutor, um profissional forjado na lógica da auto-instrução, que rechaça a presença do professor em nome do mero administrador da burocracia do feedback do aluno. Ele vive de “bolsa” porque não possui vínculo empregatício e legislação sindical. Por isso mesmo é mão-de-obra barata em favor dos capitalistas da EAD e, também, das universidades públicas que se aventuram na modalidade não presencial, enfrentando resistências internas que mal conhecem estas quatro precariedades. (SILVA, 2008, p.02)

Isso denuncia que os limites das políticas de EAD e as etapas da elaboração curricular que se revertem na prática pedagógica enquanto passos pedagógicos precisam ser superados posto que para a pedagogia histórico crítica só a instrumentalização não é suficiente, é preciso a problematização (que é possível de ser feita via EAD) e que não pode ser confundida com as aulas expositivas que apenas se transformam em discursos vazios.

Cabe ainda a lembrança de que a formação técnica específica exige permanente articulação com a formação geral pois o profissional não existe sem ser sujeito da sociedade. Esta é a formação profissional socialmente necessária, que a construção de uma outra sociedade exige. E a educação a distância se não é revolucionária *de per si*, há que termos claro que a mesma pode vir a ser se tomada dentro da perspectiva de oferta da formação profissional socialmente necessária.

Assim sendo não é possível defendermos a forma predominante de oferta dessa EAD que está aí. É preciso defender uma EAD verdadeiramente democrática pois a mesma pode cumprir um papel importante de garantia de acesso ao conhecimento científico produzido pela humanidade pois acreditamos numa perspectiva de se pensar social e cientificamente o que fazemos e o que queremos que os profissionais formados por nós façam.

Assim como Caldart (2014) ao escrever sobre a a Reforma Agrária Popular, aqui tomamos suas palavras para expressar nosso desejo de uma educação tanto presencial quanto a distância. Em suas palavras:

...( ) não é um programa socialista porque não estamos em um contexto revolucionário e as condições para isso ainda não estão construídas (MST, 2013). Mas a compreensão é de que podemos, ainda no âmbito de como se movem as contradições no capitalismo, avançar no desenvolvimento teórico e prático dessa nova lógica, participando na construção mais longa do processo de transformação do modo de produção capitalista, desde os nossos próprios desafios de sobrevivência. Luta e construção integram esses desafios e não podem ser simplesmente deduzidos de uma esfera da vida humana para outra. Serão construção específica de cada esfera ou dimensão (e a educação se insere nesse mesmo raciocínio), ainda que necessariamente articuladas entre si e na direção do mesmo projeto histórico.(CALDART, 2014,P.13)

Um último aspecto que nos faz colocar em pauta a discussão da oferta de cursos técnicos a distância diz respeito ao questionamento de por quem é disputada? Aliás poderíamos dizer que nem disputada ela é, ela é disponibilizada pela classe dominante seguindo a máxima de que às populações mais carentes basta qualquer oferta educativa.

Isso evidencia que a EAD sequer foi problematizada enquanto possibilidade de acesso ao conhecimento. Ela ainda permanece nos círculos mais críticos como limitada e limitadora, sem, no entanto, entrarmos nos meandros dos seus significados e possibilidades. Temos, consciência de que enquanto possibilidade de superação dos limites, superação e êxito, ainda que numa sociedade capitalista sabendo que a democratização no sentido da ampliação do acesso das pessoas a educação, que é o que a EAD permite, quanto no sentido da garantia da qualidade a todos, pode ser uma contradição virtuosa no plano da utopia de construção de uma outra sociedade. Instrumento revolucionário, considerando a estrutura da sociedade brasileira.

Ainda que “a educação a distância representou e ainda representa “o canto das sereias” (OLIVEIRA, 2009) há que se acreditar nos espaços contraditórios presentes nessa sociedade que podem auxiliar no desvelamento da forma vigente a fim de se buscar uma outra forma de organização da vida.

## Referências

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, Dec. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 08 de fevereiro de 2013.

CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012

CALDART, Roseli Salete **Notas sobre desafios atuais do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**, 2014.

CATAPAN, Araci Hack. **Tertium**: o novo modo do ser, do saber e do apreender (Construindo uma taxionomia para mediação pedagógica em tecnologia de comunicação digital). Florianópolis, UFSC, 2001 (Tese). Disponível em <http://www.ppgep.ufsc.br>

CORTELAZZO, I. B. C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em EAD**. Curitiba: IBPEX, 2009.

LOBO NETO, F.J. da S. A questão da tecnologia na relação trabalho-Educação: das concepções aos argumentos e as formulações legais. **Revista Trabalho, educação e Saúde**, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, v. 07, p.83-103, 2009. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r371.pdf>. Vários acessos.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MEC – EAD <http://www.ead.com.br/expansao-ead-brasil/>

MELO, Alessandro de. Educação básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, out. 2009 .Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300013>.

OLIVEIRA, Diene Eire de Mello Bortotti de, GASPARIN, João Luiz. **A expansão da educação a distância no Brasil e os aspectos pedagógicos esquecidos.** [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2009\\_2010/pdf/2009/39.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009/39.pdf)

RAMOS, Marise N. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: RAMOS, Marise N. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Rede e-Tec Brasil <http://redeetec.mec.gov.br/index.php/home>

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poésis Pedagógica - Revista do PPGEDUC - Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão – Programa de Pós-Graduação em Educação – Catalão-GO.** 2010. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poesis/article/view/14035/8876>. Acesso em 12 de julho de 2013.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 34,n. 124,set. 2013 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302013000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006>.

SILVA, M.. **Paidéia** Revista Científica de Educação a Distância. Entrevista com os professores Marco Silva e Edméa Santos. Unimes: Santos. v.1, n.1, 2008.

SHULGIN, V. N. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências) Tradução Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. 1 ed São Paulo. Expressão Popular, 2013.